

Portal da CUT

Trabalhadores da Eletrobras preparam paralisação de 48 horas no final de abril

08/04/2014

Movimento será deflagrado caso a companhia não assegure o pagamento da PLR deste ano

Escrito por: Sindicato dos Urbanitários de Alagoas

Funcionários da Eletrobras ameaçam fazer uma paralisação de 48 horas nos dias 24 e 25 de abril caso a companhia não assegure o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) este ano. A questão será definida em reunião da direção da companhia com o Conselho Nacional dos Eletricitários (CNE), que representa os empregados da empresa, marcada para o próximo dia 14.

“Se não tivermos a vontade da direção da Eletrobras de atender o nosso pleito, temos agendada uma paralisação nacional de 48h, de 0h do dia 24 à meia-noite do dia 25 de abril”, declarou Emanuel Mendes Torres, diretor da Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel).

A Eletrobras informou que teve um prejuízo líquido de R\$ 6,287 bilhões em 2013. Em 2012, o resultado também foi negativo, em R\$ 6,879 bilhões. Os funcionários dizem que o caixa da estatal vem sendo prejudicado por decisões do governo e da direção da empresa – como o acordo de indenizações previstas na Medida Provisória (MP) 579, que estabeleceu as regras para a renovação das concessões que vencem entre 2015 e 2017 -, por isso os empregados não podem ser punidos.

“Todo ano os trabalhadores recebiam participação nos lucros, mas esse ano não vai ter. A Eletrobras não deu lucro, mas não é culpa dos trabalhadores. Temos metas a cumprir e entregamos todas essas metas cumpridas”, argumentou Torres.

O pagamento de participação nos lucros é referente aos resultados verificados no ano anterior. Embora a estatal já tivesse registrado prejuízo em 2012, os funcionários conseguiram que a Eletrobras pagasse o PLR aos empregados no ano passado com base no princípio de cumprimento de metas.

O diretor da Aeel explicou que o pagamento de participação nos resultados prevê, tradicionalmente, o valor equivalente a duas folhas salariais do grupo para ser dividido entre todos os trabalhadores do Sistema Eletrobras em forma de PLR.

O pagamento do PLR é a única reivindicação dos trabalhadores da estatal este ano, cuja campanha salarial tem como data-base o mês de maio. “No ano passado, fizemos acordo para dois anos. Para esse ano, ficou acertado o reajuste salarial de acordo com a inflação do período, medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do IBGE)”, contou Torres.

Portal da CTB

Trabalhadores da construção obtêm 8% de reajuste e encerram greve na Bahia

Em assembleia na manhã desta segunda-feira (7/4), em Salvador, os trabalhadores da construção civil na Bahia decidiram aceitar a proposta de reajuste mediada pelo Ministério Público do Trabalho e acabar com a greve, que já durava 15 dias. Pelo acordo, os operários terão aumento salarial de 6% retroativos a janeiro e 8%, a partir de 1º de abril. A cesta básica também será reajustada em R\$ 20, passando para R\$ 127.

Outra conquista importante da categoria diz respeito aos dias parados, que foi dividido em três partes: 1/3 será compensado, 1/3 será descontado e 1/3 será abonado, ou seja, pago pela empresa aos trabalhadores. “A campanha não foi fácil, pois desde o início os patrões se mostraram intransigentes em relação à nossa pauta de reivindicações. Foi necessária a intervenção do Ministério Público do Trabalho para que as negociações avançassem e se resolvessem, em parte, em benefício da categoria, como a na questão do abono de parte dos dias parados”, afirmou José Ribeiro, presidente do Sintracom Bahia.

Para Ribeiro, foi a mobilização dos trabalhadores que garantiu os avanços conquistados e evitou retrocessos. “A grande adesão dos operários à greve assustou os patrões que tiveram que negociar com o Sindicato. Os trabalhadores não apenas paralisaram os canteiros de obras, mas também foram para as ruas participar das passeatas e assembleias”, acrescentou.

Esta avaliação também é compartilhada pelo vice-presidente do Sintracom e diretor da CTB Bahia, Florisvaldo Bispo. “A campanha não foi como a gente esperava, mas não deixou de ser vitoriosa, já que conseguimos manter algumas conquistas que estavam ameaçadas, como o aviso prévio indenizado, por exemplo. Mas, vamos continuar buscando novas conquistas, como a cesta básica para todos e o contrato de experiência de trinta dias, que será implementado até 2017. Ainda temos muito a conquistar e vamos continuar negociando estes pontos”, explicou Bispo.

Com o fim da greve, alguns trabalhadores já voltaram ao trabalho, mas a maioria deve retomar as atividades apenas a partir de terça-feira, 8 de abril.

Fonte: CTB Bahia

Portal da CUT

Política do salário mínimo passa por revisão ano que vem. Centrais vão às ruas defendê-la

08/04/2014

Tema é uma das bandeiras da manifestação desta quarta, dia 9, em SP

Escrito por: Isaías Dalle

Uma das principais conquistas do movimento sindical nos últimos 12 anos, o salário mínimo volta à pauta na 8ª Marcha da Classe Trabalhadora, amanhã, nas ruas de São Paulo.

Já existe uma política de valorização, responsável por aumento real (acima da inflação) de mais de 70%, desde que entrou em vigor. A luta por um piso nacional mais forte, por sinal, foi a razão de as centrais terem se unido em 2004 para promover grandes marchas a Brasília, sempre no final do ano, com o objetivo de pressionar o governo às vésperas da análise do Orçamento da União. Naquele ano, os reajustes tiveram início, até que a atual fórmula de valorização (PIB + INPC) virasse acordo formal entre governo e centrais, em 2007, à margem do Congresso, à época ainda reticente em aprová-la.

O problema à vista é que esse mesmo acordo passará por uma revisão no ano que vem. A depender da correlação de forças, não está totalmente descartada uma mudança que reduza a fórmula de valorização. Por isso o movimento sindical decidiu recolocar o tema entre suas prioridades e resistir a investidas conservadoras.

“Já vemos movimentações, via imprensa, de analistas defendendo a desaceleração do processo de fortalecimento do mínimo”, comenta o presidente da CUT, Vagner Freitas. “Os argumentos são os mesmos que a realidade já desmentiu: temor de descontrole inflacionário, perda de competitividade e outros, que os anos recentes, de mínimo valorizado, provaram falsos”, diz Vagner.

O salário mínimo, hoje em R\$ 724, atende aproximadamente 48,2 milhões de brasileiros, entre aposentados e ativos. Só em 2014, segundo cálculos do Dieese, o aumento injeta quase R\$ 29 bilhões novos na economia. Confira estudo do Dieese:

http://www.cut.org.br/sistema/ck/files/salario_minimo.pdf

Portal da CUT

Assinatura do Acordo de Regramento da PLR consolida campanha vitoriosa da FUP e sindicatos

08/04/2014

Processo garante regras claras e democráticas de participação do petroleiro no lucro e resultados

Escrito por: FUP

Representantes da FUP, sindicatos e da Petrobrás participaram nesta terça-feira, 8, da assinatura simbólica do Acordo de Regramento da PLR, consolidando a conquista de uma bandeira histórica do movimento sindical fupista, que há uma década lutava para garantir regras claras e democráticas de participação do petroleiro no lucro e resultados frutos de seu trabalho. Além de dirigentes da FUP e de seus sindicatos, participaram da cerimônia o diretor da Petrobrás José Eduardo Dutra, responsável pela área corporativa e de serviços da empresa, e o gerente executivo de Recursos Humanos, Antônio Sérgio Oliveira Santana.

As novas regras para provisionamento e pagamento da PLR tiveram aprovação de mais de 75% dos trabalhadores que participaram das assembleias, inclusive nas bases dos sindicatos que foram desfilados da FUP e cujas direções indicaram a rejeição do Acordo. Os divisionistas, no entanto, foram categoricamente atropelados nas assembléias.

Durante o processo de negociação do regramento, a FUP exigiu que a nova metodologia acordada com a Petrobrás já passe a valer para a quitação da PLR 2013, que será paga em maio. Uma conquista que garantiu aumento de 36% no valor do piso e de 33% no montante total. Isso significará R\$ 371 milhões a mais do lucro da Petrobrás no bolso dos trabalhadores. No entanto, mais uma vez, os divisionistas foram contra ainda propuseram à empresa que não aplicasse as novas regras para a PLR 2013, mesmo sabendo que isso significaria prejuízos financeiros para a categoria.

Além de se apropriem de uma parcela maior do lucro da Petrobrás, os petroleiros, pela primeira vez na história, terão regras claras e com indicadores e metas acompanhados não só pela categoria, como por toda a sociedade. O acordo de regramento da PLR tem validade de cinco anos, mas a FUP avaliará periodicamente em reunião com a empresa se as metas estão de acordo com a realidade de produção dos trabalhadores.

Portal da CTB

Metalúrgicos da Ford de Camaçari (BA) lutam pela absorção de demitidos

A pressão do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari (BA) nas negociações com o Complexo Ford tem resultado em avanços na luta contra demissões na montadora. Do ano passado pra cá, a fábrica de motores e outros setores da Ford absorveram centenas de trabalhadores que perderiam os empregos.

Só da Faurecia Portas foram 120 funcionários transferidos, assim como 50 na Saargummi, 50 da Lear, mais de 30 da Visteon, 30 também da Pelzer, e mais 10 da Pilkington. Segundo o Sindicato, a maioria desses funcionários teve as faixas salariais mantidas e também não houve retrocesso na planilha do Plano de Cargos e Salários.

Mas, de acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari, ainda há muito por conquistar. É preciso reverter 320 demissões que a Ford insiste em fazer. O Sindicato está intensificando as negociações para garantir a absorção de ainda mais trabalhadores para a Ford. "Não aceitamos demissões. Temos a consciência de que é possível encontrar outras saídas para assegurar a empregabilidade no Complexo Ford, como temos conseguido fazer através das reuniões com a Ford", diz Júlio Bonfim, presidente do Sindicato.

Importante lembrar que além das reintegrações e transferências de trabalhadores, o chão de fábrica tem comemorado importantes conquistas previstas no acordo de duração de dois anos, sobre PLR, abono e aumento de salários. O acordo garantiu uma segurança aos trabalhadores, a partir do momento que os protege da instabilidade do mercado e da queda de produção no setor automotivo. Ou seja, essas conquistas estão asseguradas independentemente do cenário econômico.

Só para se ter uma ideia, a produção brasileira de veículos caiu 3,6 entre fevereiro e março, segundo a associação que representa o setor, Anfavea. Mês passado, foram produzidas 271,2 mil unidades. No trimestre, produção caiu 8,4% sobre o mesmo período de 2013.

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia

Portal da UGT

Empresa é condenada a pagar diferenças de salário pago por fora

08/04/2014

O pagamento de salários por fora, além de implicar sonegação aos direitos trabalhistas e tributários, ofende a dignidade do trabalhador e o valor social do trabalho. Foi com base nesse entendimento que o juiz Gláucio Eduardo Soares Xavier, titular da 2ª Vara do Trabalho de Sete Lagoas, condenou uma distribuidora de bebidas a pagar a um vendedor diferenças reflexas decorrentes da integração do salário pago por fora da folha.

Na ação, o vendedor pleiteou, entre outras parcelas, o pagamento dos reflexos devidos pela integração de comissões e prêmios pagos extrafolha. Por sua vez, a empresa alegou que o reclamante exerceu as funções de vendedor externo e, posteriormente, de supervisor de vendas, recebendo salário fixo e comissões variáveis, não ocorrendo o pagamento de salários por fora.

Mas ao analisar os depoimentos das testemunhas, o juiz sentenciante se convenceu da ocorrência de pagamento por fora da folha mensal. Ele frisou que a questão de pagamento extrafolha já foi analisada em outras reclamações trabalhistas ajuizadas contra a mesma empresa, fato que foi confirmado pela prova pericial e pelos documentos anexados ao processo.

O magistrado aplicou os mesmos fundamentos utilizados em outro processo contra a mesma empregadora, ressaltando que a comprovação de irregularidade por parte da reclamada quanto ao pagamento de salários a seus empregados implica em sonegação de direitos trabalhistas e tributários, ofendendo a dignidade do trabalhador e o valor social do trabalho. Considerando que a ninguém é dado beneficiar-se da própria torpeza, entendeu serem devidas ao reclamante as diferenças reflexas decorrentes da integração do salário pago por fora, prevalecendo a média mensal apontada pelo ex-empregado, no valor de R\$500,00.

Assim, o juiz sentenciante, condenou a reclamada a pagar ao trabalhador as diferenças reflexas decorrentes da integração do salário pago extrafolha, fixando a média em R\$500,00 por mês, apuradas sobre 13º salário de 2006, férias de 2006/2007 acrescidas de 1/3, horas extras pagas e FGTS mais os 40%. Houve recurso, mas o TRT manteve a decisão de 1º Grau.

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Portal da CSB

2º Congresso Internacional de Direito Sindical fortalece diálogo entre MPT e sindicatos

CSB marcou presença no evento e considerou a iniciativa um estímulo para a ação conjunta entre o movimento sindical e o Ministério Público do Trabalho

Aconteceu entre os dias 2 e 4 de abril o 2º Congresso Internacional de Direito Sindical – International Conference on Union Law. O evento, organizado pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (CONALIS) do Ministério Público do Trabalho (MPT), teve como tema o "diálogo social". A CSB esteve presente por meio de uma comissão formada pelo vice-

presidente Luiz Sergio Lopes, pelo diretor Cosme Nogueira, pelos dirigentes do Sindicato dos Taxistas do Ceará (SINDITAXI-CE) Cezário Oliveira e Francisco Moura, e pela presidente do Sindicato dos Servidores do Ipsemg (Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais), Maria Abadia de Souza. Também compareceram membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sindicalistas, juizes, advogados, estudantes e militantes da área.

Nos três dias de congresso, houve diversas palestras referentes a negociações coletivas, conflitos coletivos de trabalho, as reformas trabalhistas e sindical, a condição humana do trabalhador, a relação dos sindicatos com o Estado, o papel do Ministério Público, trabalho infantil e escravo. "A participação de sindicalistas em um evento como este é essencial, pois retoma o discurso democrático do qual o trabalhador tanto necessita. A ditadura deixou muitas marcas dentro do movimento sindical, e a principal foi a perda do diálogo com o governo, entretanto estamos trabalhando para que a conversa seja cada vez mais ampla", contou Luiz Sergio Lopes.

Para Cosme Nogueira, o encontro se faz necessário para o fortalecimento das lutas dos trabalhadores e também para abertura do debate sobre a regulamentação da Convenção 151 da OIT, que estabelece o direito da negociação coletiva dos servidores públicos. "O congresso serviu para que as ideias que divergem entre os sindicatos e o governo possam chegar a um denominador comum. Nós, da CSB, lutamos pelo direito de greve dos servidores públicos, e lá foi possível ver diversos pontos de vistas sobre esse tema. Além disso, também conseguimos visualizar que é viável a convenção ser aprovada", disse.

Durante o evento, foi apresentado um vídeo elaborado pela CONALIS/MPT sobre greve, no qual sindicalistas e advogados discorrem acerca do tema com entrevistas e trechos dos principais movimentos grevistas ocorridos nos últimos anos. O material fez um contraponto sobre o que a grande mídia expõe para sociedade e sobre o que as greves trouxeram de benefícios e direitos para os trabalhadores.

No último dia de evento, os organizadores formaram uma mesa para apresentar aos participantes as principais conclusões das palestras apresentadas. Foram apresentadas ao plenário moções de repúdio e de apoio às ações de promoção do trabalho decente.

Participação da CSB

A Central distribuiu no congresso mais de mil e quatrocentas cartilhas comemorativas dos 70 anos da CLT e também trabalhou na conscientização do movimento sindical. "Foi um ponto de intercâmbio de informações entre as centrais sindicais e os sindicatos. Além de ser um momento muito importante para o trabalho da Central", disse Francisco Moura, do SINDITAXI-CE.

Para a CSB, a ação conjunta entre o movimento sindical e o MPT é essencial para evitar a exploração dos trabalhadores, a precarização das relações de trabalho, bem como combater o trabalho infantil e as condições análogas à escravidão. Além disso, é urgente a necessidade de canalizar as energias para diminuir drasticamente a influência atroz do capital sobre o trabalho. Segundo a entidade, a retomada do diálogo com o MPT é fundamental para quebrar barreiras e preconceitos, evitando que setores do Ministério criminalizem o movimento sindical.

Portal Mundo Sindical

Insatisfeitos, operários do Engenhão entram em greve

Os operários que trabalham na reforma do Engenhão entraram em greve. Na manhã desta segunda-feira, homens ligados ao Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias da Construção Pesada Intermunicipal do Rio de Janeiro (Sitracp) distribuíram cartazes e folhetos com informações das exigências dos operários. A classe reivindica 10% de aumento salarial, cesta básica de R\$ 300 e 100% de hora extra.

Em contato com a reportagem, o presidente do Sitracp falou sobre a situação. "Não há previsão de volta ao trabalho enquanto não forem atendidas às reivindicações dos trabalhadores", disse Nilson Duarte.

Dentro do estádio, a movimentação das máquinas estava aparentemente interrompida. Havia funcionários, inclusive, assistindo ao treino do Botafogo nesta manhã.

A manifestação, porém, não é direcionada especificamente para as obras do Engenhão. A greve foi uma iniciativa dos trabalhadores da construção civil do Rio ligados ao Sitracp. Operários do Parque Olímpico e de outras obras de grande parte espalhadas pelo Rio também cruzaram os braços nesta segunda-feira.

No dia 26 de março o Engenhão completou um ano fechado. A previsão de entrega da obra, de acordo com a RioUrbe, é para o fim deste ano. Não há, porém, um mês específico para o término da reforma no estádio.

Fonte: Lancepress! - 08/04/2014

Portal Mundo Sindical

Fiat, Ford e VW querem monopólio das autopeças, diz sindicato do setor

O Sindicato do Comércio Varejista de Peças e Acessórios para Veículos (Sincopeças), representando os principais estados do país, anunciou, em nota, ter entregue ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) documento indicando a entrada como terceiro interessado no processo da Associação Nacional dos Fabricantes de Autopeças (Anfape) contra as montadoras Fiat, Ford e Volkswagen que buscam o domínio do mercado de autopeças, querendo impedir a atuação das empresas independentes.

Ainda segundo o comunicado, "as entidades sindicais se manifestam ao lado dos consumidores para a preservação de seus direitos, pela liberdade de escolha na hora do conserto do veículo."

- Nossa causa está totalmente relacionada às atividades comerciais dos associados do Sincopeças que querem ver preservados seus direitos e interesses de seus clientes - diz Renato Fonseca, presidente da Anfape.

Segue dizendo que "entre as informações contidas no documento, destaca-se o interesse do Sindicato em manter o direito e o dever de defender o setor de autopeças em geral, de modo a fomentar a atividade econômica que é fundamental para o crescimento socioeconômico do país, pois gera renda, serviços, tributos e é um dos setores que criam empregos diretos e indiretos, portanto, um dos mais eficientes em inclusão social."

Fonseca ressalta que os consumidores precisam ter total conhecimento do que acontecerá caso essas montadoras conquistem o monopólio do mercado, como almejam. O problema será agravado ainda mais se toda a cadeia de produção e comercialização de peças similares for eliminada, o que acabará com os fabricantes e com o mecânico de confiança.

- Os consumidores terão, inevitavelmente, que recorrer às concessionárias e ficarão reféns de qualquer tipo de abuso, inclusive em relação aos valores praticados - explica o executivo, que acrescenta: "a verdade é que essas montadoras querem eliminar a concorrência no setor de reposição de autopeças visuais dos veículos, como pára-choques, retrovisores, lanternas e capôs, que compõem o segmento de colisão, mas não conseguem abastecer o mercado de reposição".

As entidades sindicais que assinam formalmente o documento entregue ao Cade se referem aos estados de São Paulo, Acre, Piauí, Minas Gerais, Distrito Federal, Pernambuco, Rondônia, Ceará, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Goiás.

No início de 2007, a Anfape já havia formulado representação junto ao mesmo Cade denunciando a conduta das montadoras Fiat, Ford e Volkswagen, com o objetivo de assegurar às empresas do mercado independente de autopeças o direito de produzirem e comercializarem itens visuais dos veículos. A Associação considera que as montadoras utilizam seus registros de desenhos industriais de peças automotivas de forma abusiva, o que configura conduta contrária à ordem econômica brasileira.

Queda de 15,6% em vendas de pneus no bimestre preocupa fabricantes

O fornecimento de pneus por carro de passeio feito pelas associadas à Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip) às montadoras caiu 15,6% no bimestre, passando de 2,126 milhões para 1,794 milhões, acompanhando a queda na produção da indústria automobilística, apesar das medidas de estímulo do Inovar-Auto. Com isso, os pneus para equipamentos originais, que respondiam por 30,4% das vendas no primeiro bimestre de 2013, neste ano representam 26,5% do total.

- O começo do ano não foi dos melhores para o setor de automóveis e o fornecimento de pneus acompanhou o momento menos positivo - comenta o presidente executivo da Anip Alberto Mayer que se diz preocupado com a evolução deste segmento do mercado.

Para ele, a inclusão do setor de pneus no programa Inovar-Auto é importante para aumentar a competitividade dos fabricantes nacionais e permitir investimentos maiores em inovação.

- Um dos principais objetivos do Inovar-Auto é a redução do consumo de combustível, o que depende fortemente de uma nova geração de pneus, com uso dos chamados pneus verdes, que também trazem significativo ganho ambiental - diz Mayer.

No primeiro bimestre de 2013 as vendas de pneus de carga e agrícolas para montadoras cresceram (6,0%), ao contrário do que aconteceu com o fornecimento ao setor de automóveis. Mesmo assim o total fornecido aos fabricantes de veículos apresentou redução de 6,4%, passando de 3,52 milhões para 3,30 milhões de unidades em janeiro e fevereiro de 2014, comparando com 2013.

Fonte: Monitor Digital - 08/04/2014

Os metalúrgicos de Guarulhos e região participam quarta (9) da 8ª Marcha da Classe Trabalhadora, em São Paulo. O evento, convocado pelas Centrais, deve reunir milhares de sindicalistas e ativistas para cobrar atendimento aos itens da Pauta Trabalhista e aprovação de matérias no Congresso Nacional.

José Pereira dos Santos, presidente do Sindicato, informa que a entidade deve sair com dez ônibus da sede do Sindicato, às 7 da manhã da quarta. Serão nove com trabalhadores da ativa e um de aposentados. Na manhã de hoje (7), a diretoria se reuniu para tratar da organização para a Marcha.

Jornadas - As Marchas não têm só caráter reivindicatório (jornada de 40 horas, fim do Fator Previdenciário, combate às terceirizações e outros itens). Para Pereira, a Pauta Trabalhista representa uma tomada de posição do sindicalismo. "Na Pauta, expressamos nosso ponto de vista sobre o País e o modelo de desenvolvimento que defendemos", ele afirma.

Cabeça - Josinaldo José de Barros, vice-presidente do Sindicato, explica que a Marcha sairá da Praça da Sé até a Avenida Paulista (no Masp). "Será, como sempre fizemos, uma manifestação pacífica e cívica, com posições políticas, mas sem atrelamento partidário", ele diz.

Fonte: Agência Sindical - 08/04/2014

Portal Mundo Sindical

Servidores de Sergipe comemoram aprovação do PCCV

Na Assembleia Legislativa, a "onda amarela" da base do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Públicos de Sergipe (Sintrase) fez a diferença. Nos últimos dois dias, na galeria da Assembleia Legislativa, os filiados e diretores do Sintrase permaneceram em vigília. Eles vestiram a tradicional camisa amarela e levaram cartazes alternativos defendendo a aprovação do PCCV: "#euqueromeupccv".

Além dos servidores da Administração Geral, os deputados estaduais também aprovaram hoje todos os outros projetos que integram o Plano de Cargos Carreira e Vencimentos (PCCV) de outras categorias do serviço público estadual, encaminhado esta semana pelo governador Jackson Barreto (PMDB). Os projetos começaram a ser apreciados ontem, dia 03, no Plenário e nas Comissões.

Vitória histórica

"A aprovação do nosso PCCV representa uma vitória histórica para mais de 14 mil servidores. Foram mais de 30 anos de abismo. Não tínhamos um plano de carreira e a nossa remuneração sempre beirou os valores do salário mínimo. Muitas vezes, recebíamos abaixo do salário mínimo", destaca o coordenador do Sintrase, Waldir Rodrigues.

Ainda segundo Waldir Rodrigues, o PCCV aprovado hoje incorpora diversas verbas indenizatórias ao salário dos servidores, o que gera consequências positivas no cálculo de férias, 13º salário, contribuição previdenciária, eventuais horas extraordinárias, dentre outras. Com o plano, o piso salarial do nível básico está fixado em R\$ 900,00, o do nível médio em R\$ 1.306,29 e o nível superior em R\$ 1.673,35.

Limite prudencial

Waldir Rodrigues destaca porém que a efetivação do Plano de Cargos e Salários sancionado hoje dependerá de políticas de redução de gastos por parte do governo estadual. "O nosso PCCV só entrará em vigor quando o Estado de Sergipe sair do Limite Prudencial, ou seja, do limite de gasto máximo com pessoal estipulado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)", lembra.

O diretor do Sintrase, Diego Menezes, lembra que a batalha do sindicato em defesa do PCCV tem mais de seis anos. "Só depois da posse do governador Jackson Barreto, o nosso sindicato foi chamado pela equipe técnica da administração estadual para conversar. O Sintrase levou propostas que foram incorporadas nesse plano. Tudo isso representou uma grande experiência e uma vitória importante para os trabalhadores. Agora, o Estado de Sergipe terá de baixar os gastos para se enquadrar na LRF para que tenhamos o nosso PCCV efetivado", defende o diretor.

Fonte: Sintrase - 08/04/2014

Portal Mundo Sindical

Ministério do Trabalho declara apoio ao Brics Sindical

Lideranças sindicais brasileiras que integram o Brics Sindical, reuniram-se no Ministério do Trabalho (MTE), em Brasília, nesta terça-feira (1), com a finalidade de angariar apoio da pasta para uma maior participação do bloco sindical nas parcerias transcontinentais em nível interestatal entre os países do BRICS. O MTE declarou apoio às reivindicações.

Os sindicalistas reivindicam reconhecimento do Brics Sindical como espaço institucional do Brics, e que o mesmo faça parte da programação oficial da Cúpula Presidencial, inclusive com a possibilidade de um encontro com governantes para a entrega de um documento.

O Brics sindical reúne representantes dos trabalhadores e trabalhadoras de todos os cinco países que compõem o mecanismo de coordenação internacional dos Brics, desde 2012 – ano de sua fundação. As centrais sindicais do Brics representam os maiores sindicatos da Ásia, África e América Latina.

Os sindicalistas estão otimistas quanto ao processo de integração do Brics sindical levando-se em conta a recente disposição do governo brasileiro para uma maior abertura às organizações sociais no que tange a política externa.

Os integrantes do grupo entendem que a Cúpula dos Brics, no Brasil, oferece uma oportunidade única para ampliar a participação social; notadamente a das centrais sindicais no arranjo institucional em construção nos Brics.

Com o advento do surgimento de um conselho empresarial do bloco, as entidades sindicais dos trabalhadores consideram um justo precedente para a criação de espaço oficial similar para o reconhecimento e a representação dos interesses dos trabalhadores dos Brics.

O movimento sindical brasileiro organizará, no mês de julho deste ano, o próximo Fórum dobrics sindical, em Fortaleza-CE. O objetivo do evento é fomentar o diálogo e cooperação entre os trabalhadores das nações que integram o bloco, tendo como missão colaborar com o bloco na dimensão social definida pelo conceito de trabalho decente da OIT. Os sindicalistas manifestaram, em carta direcionada ao ministro Manoel Dias, o desejo de contribuir em questões que digam respeito aos interesses dos trabalhadores no desenrolar da próxima Cúpula dos Brics no Brasil e nas cúpulas seguintes.

O ministro Manoel Dias, em virtude de uma reunião extraordinária com o ministro chefe da Casa Civil, Aloysio Mercadante, não pôde comparecer ao encontro. Entretanto, delegou ao seu chefe de gabinete, André Menegotto, a responsabilidade de recepcionar e acompanhar as demandas das centrais sindicais. Durante o encontro com os sindicalistas, André afirmou que o gabinete do ministro está à disposição das entidades e que o Ministério do Trabalho assume o compromisso de buscar essa participação do Brics Sindical na Cúpula Presidencial. Como ponto de partida, o MTE propôs uma agenda permanente até o mês de julho deste ano, ocasião em que será realizado o Fórum do Brics Sindical na capital cearense. Os sindicalistas agradeceram o apoio e se comprometeram a organizar a agenda com o MTE. Durante a reunião, as lideranças sindicais também informaram que o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, já foi demandado e que, nesta quarta-feira (2), integrantes do Brics Sindical irão se reunir com o Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo para apresentar as demandas do bloco.

Fonte: SECOM/CSPB - 08/04/2014

Portal Mundo Sindical

Metalúrgicos da WHB de Curitiba entram em greve

Metalúrgicos da WHB demonstraram mobilização na porta de fábrica hoje de manhã. Eles cruzaram os braços por duas horas e deram prazo de 48h para a empresa atender as suas reivindicações. Os encaminhamentos foram aprovados em assembleias lideradas pelo SMC na porta de fábrica.

Os trabalhadores do chão de fábrica reivindicam reajuste de 9,28% na (PLR) Participação nos Lucros e Resultados, aumento real nos salários de no mínimo 2,5% de aumento real. Entre os itens também consta o reajuste no vale-mercado. Todas estas reivindicações serão encaminhadas para a empresa ainda hoje.

Uma nova assembleia será coordenada pelo SMC na porta de fábrica na próxima sexta-feira (11). A hipótese de greve não está descartada.

A WHB está situada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), produz peças para o setor automotivo e ferroviário e emprega cerca de 1800 trabalhadores.

Fonte: Assessoria de imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba - 08/04/2014

Agência Brasil, 08/04/14

IBGE: produção industrial cresce em sete dos 14 locais pesquisados

Nielmar de Oliveira Edição: Valéria Aguiar

A expansão de 0,4% da produção industrial do país de janeiro para fevereiro deste ano reflete resultados positivos em sete dos 14 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal/Produção Física Regional (PIM/PF Regional) que o instituto está divulgando hoje (8). Os números indicam que o aumento no ritmo da produção industrial nacional na passagem de janeiro para fevereiro, série com ajuste sazonal, teve como destaque a expansão de dois dígitos assinalada pelo Paraná (18,4%) e o crescimento de 4,7% observado no Amazonas.

Enquanto no Amazonas o crescimento da indústria registrou pelo segundo mês consecutivo, e passou a acumular em janeiro e fevereiro crescimento de 7,7%; no Paraná o resultado eliminou perdas de 15,9% registradas entre novembro de 2013 e janeiro de 2014.

Ainda na comparação mensal com ajuste sazonal, os dados indicam que no Rio de Janeiro o crescimento da produção industrial de janeiro para fevereiro foi de 1,0%; em Goiás (0,8%); São Paulo (0,7%); no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (0,5%), todos com resultados superiores à média mensal de 0,4%.

No Pará a variação foi nula; enquanto nos outros seis estados ou regiões pesquisadas a taxa foi negativa. No Espírito Santo, onde houve a maior retração, a queda chegou a -4,3%, após a produção industrial do estado ter avançado 2,2% no mês anterior; seguido de Pernambuco onde a queda foi de menos 3,9%, depois de quatro meses de resultados positivos consecutivos. Foram os dois estados que registraram as quedas mais expressivas de janeiro para fevereiro.

Como um todo, a Região Nordeste acusou queda na sua produção industrial de fevereiro de 1,7%; o Ceará (- 1,6%); Minas Gerais (-1,6%) e Bahia (-1,2%).

Agência Brasil, 08/04/14

Policiais federais reforçam ameaça de parar durante a Copa

Vitor Abdala - Repórter da Agência Brasil Edição: Graça Adjuto

Agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal fizeram hoje (8) mais uma manifestação no Rio de Janeiro para pressionar o governo a aprovar a reestruturação dessas carreiras e o reconhecimento de suas atribuições. Durante o protesto, no Aeroporto Santos Dumont, os policiais ergueram faixas e distribuíram panfletos aos passageiros.

Segundo o presidente do Sindicato dos Servidores do Departamento de Polícia Federal no Rio, André Vaz de Mello, a categoria ameaça parar durante a Copa do Mundo se não houver avanço na negociação com o governo federal até o início de junho.

“O governo sempre nos sinaliza que [se entrarmos em greve] vai nos substituir pelo Exército ou pela Força Nacional [no setor de imigração dos portos e aeroportos]. Mas não adianta substituir por um militar ou qualquer outro funcionário público [porque não vai saber como funciona o setor]. Então será um caos, vai parar. Ou então o governo federal poderá abrir a porteira e deixar entrar todo mundo, terrorista, procurados pela Interpol”, disse Mello.

Procurado pela *Agência Brasil*, o Ministério da Justiça informou, por meio da assessoria de imprensa, que não se pronunciará sobre a ameaça de greve dos policiais. O Ministério também disse que não há, por enquanto, um plano de contingência caso a greve seja decretada durante a Copa do Mundo.

Portal da CUT

Trabalhadores acampam em frente à fábrica de laticínio do grupo BR Foods em Terenos (MS)

08/04/2014

Greve por melhorias nas condições de trabalho e aumento salarial completa cinco dias

Escrito por: Geisy Garnes

O quinto dia de greve em frente da fábrica de laticínio do grupo BR Foods, em Terenos, está sendo marcado por conflito e agitação.

Desde sexta-feira (4) os trabalhadores estão acampados na empresa reivindicando melhorias nas condições de trabalho e aumento de salário. Sem se posicionar sobre as exigências, a BRF contratou novos funcionários, que ao tentarem entrar, foram barrados pelos manifestantes.

Vilson Gimenes, da Federação dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, alega que a contratação em período de greve é proibida e afirma que os trabalhadores não deixarão ninguém passar.

A Polícia Militar de Terenos afirmou que vêm acompanhando a greve todos os dias, mas que só nesta terça-feira (8) houve agitação por parte dos manifestantes e que ainda não foram avisados da existência de conflito direto.

Por outro lado, os trabalhadores em frente da fábrica afirmam que a polícia já avançou no grupo e a preocupação é a quantidade de mulheres no movimento, quase oitenta por cem. Duas viaturas da Polícia Militar da cidade estão no local e uma viatura já saiu de Campo Grande para dar apoio ao distrito de Terenos.

“Nós não vamos sair, estamos em greve e ninguém vai entrar. O medo é o conflito, mas se eles quiserem entrar vai ser inevitável”, assegura Vilson.

Diap, 08/04/14

Financiamento da saúde será debatida em comissão geral

A Câmara dos Deputados realiza comissão geral nesta terça-feira (8) para discutir o financiamento de ações e programas da área de saúde. O debate foi marcado no dia 11 de março, em reunião do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, com parlamentares ligados ao setor, representantes do Conselho Nacional de Saúde e do movimento Saúde+10.

O movimento Saúde+10, que reúne dezenas de entidades ligadas à saúde, recolheu 2,2 milhões de assinaturas e apresentou um projeto de iniciativa popular (PLP 321/13) que obriga a União a destinar anualmente 10% de suas receitas correntes brutas para o financiamento do setor.

A comissão geral será realizada das 15 às 16 horas, no Plenário Ulysses Guimarães.

Atualização da Lei da Microempresa

A Câmara dos Deputados realiza, nesta quarta-feira (9), uma comissão geral para debater o Projeto de Lei Complementar (PLP) 221/12, que atualiza a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/06). O evento contará com a presença do ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, e do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Luiz Barreto, defensores da medida.

A comissão geral está prevista para as 9h30, no Plenário Ulysses Guimarães.

Portal da CUT

MP abrirá inquérito para investigar crise da água no Estado de São Paulo

08/04/2014

Ministério Público vai apurar se houve erros de gestão da Sabesp, do governo tucano de Geraldo Alckmin. Há suspeita de falhas na precaução

Escrito por: ABr

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) vai instaurar, ainda nesta semana, um inquérito civil para esclarecer a crise no Sistema Cantareira, o mais importante reservatório de água da região metropolitana que vive a pior baixa de sua história com quedas diárias em seu nível de operação. Nesta terça (8), o volume baixou 0,2 ponto percentual em relação a ontem (7), atingindo 12,7% da capacidade total de armazenamento.

No inquérito a ser conduzido pelo promotor José Eduardo Ismael Lutti, o MP levará em consideração o fato de ter ocorrido ausência de chuvas nos meses de janeiro e fevereiro sobre as bacias hidrográficas que alimentam esse reservatório. Mas também vai apurar informações sobre a possibilidade de erros de gestão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Há suspeita de falhas na precaução contra as adversidades climáticas.

Esse trabalho deverá contar com integrantes do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) das unidades de Piracicaba e do Vale do Paraíba, além de estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e de troca de informações com o Ministério Público Federal em São Paulo (MPF/SP), que também investiga a questão.

O contrato de outorga vence no próximo dia 5 de agosto e sua renovação é vista com cautela por parte da Agência Nacional de Águas (ANA). Em audiência pública, ocorrida, no último dia 25, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o presidente da ANA, Vicente Andreu Guillo, defendeu regras mais rígidas.

Na portaria sobre a atual outorga, emitida em 2004 pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (Daee) do estado, consta que a Sabesp deveria providenciar estudos e projetos para reduzir a dependência do Sistema Cantareira e garantir o abastecimento. Para isso, deveria levar em consideração os planos relacionados às bacias hidrográficas formadas pelos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, além dos recursos hídricos do Alto Tietê.

A Agência Brasil procurou a Sabesp para pedir o posicionamento da empresa sobre o processo investigativo, mas foi informada de que nenhum pedido de esclarecimentos a respeito havia chegado ao Departamento Jurídico da companhia e que um eventual pronunciamento só poderia ocorrer após essa oficialização.

Portal da CUT

Portaria interministerial implementa maior proteção ao trabalhador rural

08/04/2014

Planatre, instituído pela portaria interministerial nº 2, fortalece ações de proteção e direitos do trabalho rural

Escrito por: MTE

O Diário Oficial da União desta sexta-feira (4), publicou a Portaria Interministerial nº 2, que institui o Plano Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados (PLANATRE). O Plano visa implementar programas e ações de fortalecimento dos direitos dos trabalhadores rurais no âmbito da Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados (PNATRE).

O eixo de ação do PLANATRE contempla capacitação profissional e ampliação da escolaridade, universalização de direitos, criação de oportunidades para a geração de trabalho e saúde, assistência social e segurança do trabalhador e da trabalhadora rural empregada.

Entre os objetivos específicos do Plano constam, entre outros, a integração e articulação de políticas públicas direcionadas aos trabalhadores e trabalhadoras rurais; a promoção e ampliação da formalização nas relações de trabalho no campo; a reinserção produtiva dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que perderam seus postos de trabalho; e a intensificação da fiscalização das relações de trabalho rural.

O Planatre será deverá ser revisado por ocasião da elaboração do Plurianual e será gerido pela Comissão nacional dos trabalhadores Rurais Empregados (CNATRAE).

Organizado por Ernesto Germano